

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece o Termo de Referência para a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA GLP P-13KG** para os setores administrativos da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF), em conformidade com as disposições da legislação pertinente e as normativas vigentes.

O objetivo primordial é atender às demandas internas da COMSERCAF, garantindo um abastecimento eficiente e seguro de gás de cozinha para os setores administrativos. Este estudo tem como foco primordial assegurar um processo de contratação transparente, eficaz e em plena conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Ao desenvolver este documento, foram consideradas especificações técnicas, garantias de segurança no armazenamento e manuseio do gás, além de contemplar critérios sustentáveis e diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável.

Este Termo de Referência visa oferecer informações detalhadas sobre a demanda de fornecimento de gás de cozinha para os setores administrativos da COMSERCAF, servindo como base essencial para o processo de contratação. Estabelece, de maneira clara, os critérios de seleção, requisitos técnicos mínimos, condições contratuais e outros aspectos relevantes para a efetivação da contratação da empresa especializada.

Salienta-se que este Termo de Referência é uma parte integral do processo de contratação e deve ser rigorosamente seguido pelas partes envolvidas. O objetivo é garantir a contratação de uma empresa especializada que forneça gás de cozinha GLP P-13KG de forma eficaz, segura e em estrita conformidade com a legislação aplicável, visando à eficiência operacional dos setores administrativos da COMSERCAF, sem desconsiderar a preservação ambiental e o bem-estar dos colaboradores.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, I)

A fundamentação técnica para a aquisição de gás destinado ao aquecimento e preparo dos alimentos consumidos pelos colaboradores desta autarquia se embasa na necessidade essencial relacionada às atividades diárias e ao conforto dos funcionários. A justificativa para esta aquisição é respaldada pela demanda constante de suprimento de gás para a devida preparação de refeições no local de trabalho.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, II)

- 2.1** O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, divulgado no Diário Oficial, edição 869, caderno 1, ano IV, datado de 6 de fevereiro de 2024, bem como no portal institucional da COMSERCAF¹ ressalta a importância estratégica de priorizar determinadas contratações para o bom funcionamento dos serviços prestados por esta Autarquia. Entre essas prioridades, destaca-se a necessidade de garantir o suprimento contínuo de materiais essenciais para as operações da instituição.
- 2.2** O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, **item nº13**, especificamente relacionada a **Fornecimento de gás de cozinha** foi identificada como uma das áreas de **alto impacto** para a manutenção da funcionalidade dos setores, inclusive no que diz respeito ao atendimento ao público.
- 2.3** Este item, classificado como **de natureza de fornecimento e consumo**, figura como uma das prioridades **mais altas do PCA**, refletindo a necessidade crítica de manter padrões adequados de higiene e limpeza nos ambientes operacionais da COMSERCAF. A previsão orçamentária para a contratação da empresa especializada será realizada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, suas legislações complementares e as normas internas da Administração Pública do Município de Cabo Frio.
- 2.4** De acordo com a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, a despesa referente a essa contratação será prevista nas seguintes dotações orçamentárias:
- a) **Dotação: 04.122.0002.2004**
 - b) **Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica**
 - c) **Fonte: 1501**
 - d) **Ficha: 1305**

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, III)

- 3.1** A Contratada deverá fornecer os serviços solicitados na forma e no prazo estipulado pela solicitação formal da COMSERCAF, onde estará descrito os meios pelos quais deverão ser prestados.
- 3.2** **Descrições técnicas pertinentes:**

¹ <https://www.comsercaf.rj.gov.br/galeria/arquivos/arquivos-transparencia-2024-02-0569ebacad4dc937f11b9a8b40105ee3ad.pdf>

3.2.1 Introdução: Esta descrição técnica de requisitos visa estabelecer os critérios e especificações técnicas para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gás de cozinha GLP P-13KG, a ser disponibilizado in loco mediante ordens de serviço, alinhado às leis e normas pertinentes. O presente documento tem por objetivo assegurar a qualidade, a eficiência e a segurança nos serviços de abastecimento de gás no âmbito da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF).

3.3 Requisitos Gerais:

3.3.1 Prestação de Serviço in loco:

a) A empresa contratada deverá fornecer o gás de cozinha GLP P-13KG mediante ordens de serviço ao longo do prazo contratual, garantindo a disponibilidade do produto conforme demanda dos setores administrativos da COMSERCAF, em estrita conformidade com as leis e normativas vigentes.

3.3.2 Infraestrutura e Logística:

a) A contratada deve dispor de uma estrutura logística eficiente para o fornecimento in loco do gás, assegurando o cumprimento das normas e regulamentações aplicáveis à segurança e ao transporte desse tipo de produto.

3.3.3 Responsabilidade Social e Ambiental:

a) A empresa contratada deve demonstrar um compromisso ativo com a responsabilidade ambiental, adotando práticas que promovam a sustentabilidade no manuseio, armazenamento e distribuição do gás de cozinha GLP P-13KG.

b) Deverá também zelar pela segurança dos colaboradores, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados durante todas as etapas do serviço in loco.

3.4 Local de entrega:

3.4.1 A entrega dos itens será realizada no Almoxarifado da sede da Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, localizado na Estrada Nalore, nº 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ, durante o horário de funcionamento da autarquia, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h de segunda a sexta exceto feriados.

3.4.2 A entrega dos materiais deverá ser feita de forma a garantir a integridade dos bens adquiridos, sem qualquer dano.

3.4.3 A Administração reserva-se o direito de rejeitar, total ou parcialmente, o fornecimento realizado em desacordo com os termos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4.4 O fornecedor deverá cumprir rigorosamente as entregas de acordo com as requisições emitidas, sem modificações permitidas sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

3.5 Condições de fornecimento e prazo:

- 3.5.1** As requisições feitas pela COMSERCAF deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.
- 3.5.2** O fornecimento dos itens adjudicados será realizado de acordo com a necessidade da autarquia, observando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Em caso de divergência, prevalecerão as especificações e condições deste documento.
- 3.5.3** Em cada entrega, os produtos serão conferidos, verificando especialmente as garantias registradas pelo fabricante em cada item, bem como a sua inviolabilidade.
- 3.5.4** A critério da autarquia, os produtos recebidos poderão ser submetidos a análises de controle de qualidade, emitindo-se um laudo que atestará as condições do produto.
- 3.5.5** Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.
- 3.5.6** Caso sejam constatadas irregularidades no objeto, a COMSERCAF poderá rejeitá-lo total ou parcialmente, sem prejuízo das penalidades cabíveis, exigindo a substituição ou complementação do mesmo, caso haja diferenças de quantidades ou partes.
- 3.5.7** As irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação por escrito pela adjudicatária, mantendo-se o preço originalmente ofertado.
- 3.5.8** Os produtos que possuem garantia definida pelo fabricante devem ser entregues com um período mínimo de garantia de 12 (doze) meses, conforme indicado pelo fabricante.
- 3.5.9** Será emitido um Atestado de Recebimento ou será realizado o ateste na própria Nota Fiscal, somente se todas as determinações deste Termo de Referência forem atendidas.

3.6 Vigência da contratação:

3.7 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, IV)

- 4.1 Conforme anexada pela Diretoria de Planejamento durante a abertura do processo, foram recebidos os quantitativos necessários para o fornecimento de gás GLP P13KG, os quais foram fundamentados e verificados para atender às demandas dos setores administrativos da COMSERCAF. Esses quantitativos estabelecem a base para garantir a eficiência e a continuidade no suprimento de gás para as atividades cotidianas.
- 4.2 Considerando a grande quantidade de consumo de gás, é essencial ressaltar que a aquisição dos botijões de GLP P13KG deverá ser realizada por consignação. Tal medida se justifica pela alta rotatividade entre os recipientes, possibilitando uma reposição ágil e contínua do gás necessário para atender às demandas da autarquia. Esta modalidade de aquisição assegura a disponibilidade constante do produto, mantendo a operacionalidade dos serviços sem interrupções significativas.

Item	Descrição do Material	Unidade	Quant.
01	Gás de cozinha GLP P 13 Kg (Recarga)	Uni	140

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, V)

- 5.1 A cotação realizada segue os preceitos da Lei 14.133/2021, sendo conduzida conforme as orientações estabelecidas no Documento de Formalização da Demanda (DFD). A pesquisa de preços foi efetuada pelo planejamento, utilizando o portal nacional de contratações públicas como fonte primária. Este procedimento busca aderência aos princípios de transparência, competitividade e economicidade, conforme estipulado na legislação vigente.
- 5.2 Todo o processo referente à pesquisa de preços foi conduzido em estrita conformidade com a Lei Federal Nº 14.133, datada de 01 de abril de 2021. As diretrizes estabelecidas na legislação foram seguidas para obter o valor estimado da contratação, utilizando métodos de pesquisa de mercado autorizados pelo texto legal, conforme planejamento detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD). A pesquisa de preços foi realizada de acordo com as orientações do DFD, priorizando o uso do portal nacional de contratações públicas como principal fonte de informações.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações

semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.”

Levantamento de mercado

Fonte de pesquisa	Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor unitário	Valor total
COMPRAS GOV	01	Gás de cozinha – botijão 13Kg	Uni	140	R\$ 116,98	R\$ 16.376,50

6. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VI)

- 6.1** A estimativa de valor da contratação realizada neste Termo de Referência tem como objetivo levantar o custo provável da solução selecionada, visando avaliar sua viabilidade econômica. Importante ressaltar que essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade e aceitabilidade da proposta, conforme preconizado na legislação de licitações e contratos administrativos.
- 6.2** Para a definição das referências de valores, foi conduzida uma pesquisa de preço no site Compras Gov, considerando a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de gás de cozinha P-13k. Essa abordagem foi adotada para garantir a observância do princípio da economicidade na contratação, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021.
- 6.3** A metodologia utilizada para determinar o preço de cada item baseou-se na pesquisa direta no site Compras Gov, seguindo criteriosamente os parâmetros e critérios de pesquisa estabelecidos na legislação de licitações e contratos administrativos. Esta análise considerou as características técnicas dos produtos, as quantidades necessárias e outros fatores relevantes para a contratação, em conformidade com os preceitos legais vigentes.

ITEM 1					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
01	Gás de cozinha – botijão 13Kg	Uni	140	R\$ 116,98	R\$ 16.376,50

- 6.4** A estimativa dos custos da prestação dos objetos a serem adquiridos foi realizada mediante pesquisa de preço, sendo obtida a estimativa de preço de R\$ R\$ 16.376,50 (Dezesseis mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos.)
- 6.5** Os valores unitários mencionados foram considerados com base em valores reais decimais, visando alcançar total precisão e economia em cálculos. Para encontrar os valores reais decimais, basta calcular a razão entre o valor total e a quantidade de resíduos, garantindo assim uma representação fiel da relação custo-quantidade. No entanto, para fins de apresentação impressa, tais valores serão arredondados, a fim de facilitar a legibilidade e compreensão.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VII)

- 7.1** A proposta apresentada visa atender de forma específica às necessidades da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF) na contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gás P-13kg destinado ao aquecimento e preparo dos alimentos consumidos pelos colaboradores desta autarquia. Esta solução é elaborada para suprir a demanda essencial de gás, assegurando a conformidade com normas aplicáveis, legislação pertinente e critérios de sustentabilidade.
- 7.2** A abordagem abrange não apenas o fornecimento do gás, mas também considera preocupações ambientais, requisitos técnicos e especificações para garantir a segurança e eficiência no armazenamento, manuseio e distribuição adequada do gás P-13kg nos setores e instalações da COMSERCAF.
- 7.3** Após uma análise comparativa das diferentes opções disponíveis para atender às necessidades da COMSERCAF, estão sendo consideradas diversas empresas especializadas que se destacam por atender requisitos técnicos e legais, oferecendo garantias de qualidade, eficiência e compromisso com práticas sustentáveis na utilização e manutenção do fornecimento de gás.
- 7.4** A escolha da empresa fornecedora será resultado de uma decisão embasada na avaliação detalhada dos critérios técnicos, econômicos e de viabilidade operacional. Busca-se selecionar uma empresa que atenda não apenas às demandas imediatas da COMSERCAF, mas que também proporcione um serviço consistente e de qualidade ao longo do contrato.
- 7.5** A descrição detalhada desta solução proposta, juntamente com os critérios que nortearam sua seleção, será registrada no Termo de Referência ou Projeto Básico, servindo como parâmetro para o processo de contratação da empresa especializada no fornecimento de gás P-13kg mediante ordens de fornecimento. Essa busca estratégica por um fornecedor de gás visa atender às atividades operacionais e administrativas da autarquia, garantindo a melhoria da qualidade no atendimento das demandas internas e respeitando normas legais para proporcionar um ambiente de trabalho adequado e seguro para os colaboradores da COMSERCAF.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VIII)

- 8.1** O parcelamento da contratação para o fornecimento de gás P-13kg à Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF) é justificado pela variabilidade do consumo. Essa decisão permite adequar a

entrega às autorizações de fornecimento emitidas, conforme solicitações do Almoxarifado, conforme detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

- 8.2** A divisão em parcelas facilita a gestão do consumo, evita excessos ou escassez e se alinha às práticas recomendadas de gestão de contratos. A flexibilidade conferida pelo parcelamento ajusta as quantidades conforme as variações operacionais da COMSERCAF, otimizando recursos e garantindo a eficiência na prestação do serviço.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, IX)

- 9.1** A busca por resultados efetivos e positivos é essencial na aquisição de gás, visando otimizar os recursos disponíveis e alcançar objetivos alinhados com os princípios da economicidade, efetividade e desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto na Lei 14.133/21.
- 9.2** Com a aquisição estratégica de gás destinados às atividades operacionais e administrativas da autarquia, busca-se maximizar a economicidade, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF). Pretende-se assegurar uma gestão eficiente dos recursos, contribuindo para a redução de custos operacionais e o uso racional dos recursos disponíveis, alinhado aos princípios da administração pública.
- 9.3** Além disso, os resultados esperados visam promover a efetividade na aquisição de gás, garantindo a disponibilidade contínua e a qualidade dos mesmos para os setores administrativos e operacionais da COMSERCAF. O enfoque na sustentabilidade e desenvolvimento local também é um objetivo, buscando práticas que promovam a responsabilidade socioambiental e contribuam para fortalecer a economia local.
- 9.4** É fundamental ressaltar que esses resultados pretendidos servirão de base para a definição de indicadores de desempenho, que serão utilizados para monitorar e avaliar a eficácia da aquisição. Esses indicadores, integrados a um eventual Acordo de Níveis de Serviço ou Instrumento de Medição de Resultados, serão essenciais para acompanhar a performance da empresa fornecedora e garantir a entrega satisfatória aquisição de gás.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, X)

- 10.1** Não se aplica

11.CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XI)

11.1 Não se aplica.

12.IMPACTOS AMBIENTAIS

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XII)

- 12.1** Esta seção tem como objetivo identificar os potenciais impactos ambientais associados à contratação planejada de uma empresa para o fornecimento de gás P-13kg, alinhando-se aos preceitos da Lei 14.133/21, e apresentar as medidas correspondentes para mitigação.
- 12.2** Ao contratar uma empresa para o fornecimento de gás P-13kg, é relevante avaliar os possíveis impactos ambientais, como aqueles relacionados às emissões de carbono durante o transporte e à gestão dos cilindros de gás após o consumo.
- 12.3** Para minimizar esses impactos, propõe-se a estipulação de critérios na escolha da empresa fornecedora, priorizando práticas mais sustentáveis no transporte e manuseio dos cilindros de gás. Além disso, a definição de diretrizes para o descarte responsável dos cilindros, buscando a possibilidade de reciclagem ou reutilização, fortalece a gestão ambiental associada à contratação.
- 12.4** A integração dessas medidas ao Plano de Logística Sustentável (PLS), se existente na Administração da COMSERCAF, reforça o alinhamento das ações com as metas gerais de sustentabilidade. Isso contribui significativamente para a redução de impactos adversos ao meio ambiente decorrentes da contratação de uma empresa para o fornecimento de gás P-13kg.

13.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XIII)

- 13.1** Esta seção tem como objetivo proporcionar uma conclusão embasada sobre a pertinência e viabilidade da contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gás P-13kg para atender à demanda identificada, sendo conduzida pelo setor de planejamento da COMSERCAF.
- 13.2** Levando em consideração a necessidade essencial de aquisição de gás para o aquecimento e preparo de alimentos pelos colaboradores da autarquia, cabe ao setor de planejamento realizar uma análise minuciosa da viabilidade técnica, operacional e orçamentária dessa contratação.
- 13.3** Essa análise detalhada abrange os requisitos técnicos, projeções orçamentárias alinhadas à legislação vigente e especificações detalhadas do gás P-13kg a ser adquirido. O setor de planejamento, conforme autorizado pelo Documento de Formalização da Demanda (DFD), já aprovou a viabilidade técnica, operacional e financeira desta contratação. Isso inclui a conformidade legal e o alinhamento aos objetivos estratégicos da COMSERCAF. Essa autorização subsidiará a decisão final em relação à

contratação da empresa fornecedora de gás P-13kg, atendendo plenamente à demanda identificada pela autarquia.

13.4 FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 13.4.1** Em observância ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação enquadra-se como dispensa de licitação, tendo em vista que o valor estimado de R\$ 19.035,80 (dezenove mil, trinta e cinco reais e oitenta centavos) é inferior ao limite de R\$ R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) estabelecido para compras e outros serviços.
- 13.4.2** Em observância ao disposto no art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações diretas por dispensa de licitação devem ser realizadas, preferencialmente, com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).
- 13.4.3** A pesquisa de preços foi realizada no site compras gov. demonstrando a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado, conforme o art. 23 da mesma Lei.
- 13.4.4** Dessa forma, o Termo de Referência tem por objetivo subsidiar a contratação direta por dispensa de licitação, assegurando o atendimento à necessidade operacional da COMSERCAF, a economicidade e a observância dos princípios da Administração Pública.

14.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1** Receber o fornecimento do produto contratado dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas normas complementares.
- 14.2** Exercer o acompanhamento e fiscalização da entrega e do cumprimento contratual, por meio de servidor designado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.
- 14.3** Reservar-se o direito de recusar qualquer fornecimento que não atenda às especificações técnicas, às normas de segurança ou aos padrões de qualidade exigidos.
- 14.4** Analisar e responder às solicitações, reclamações ou exigências relacionadas à execução contratual apresentadas por órgãos de controle ou pela sociedade, deliberando formalmente quanto às providências cabíveis.

- 14.5** Não assumir compromissos ou responsabilidades por atos da contratada perante terceiros, mesmo que vinculados à execução contratual, inclusive por danos causados por empregados ou prepostos da contratada.
- 14.6** Manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovadamente necessário, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 14.7** Registrar e documentar todas as ocorrências relativas à execução do contrato, conforme legislação vigente.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1** Cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes da adequada execução do objeto contratado.
- 15.2** Fornecer o gás liquefeito de petróleo (GLP) dentro dos prazos e condições estabelecidas, garantindo a qualidade, a quantidade e a conformidade do produto com as normas da ANP, ABNT, INMETRO e demais legislações aplicáveis.
- 15.3** Entregar o produto em botijões lacrados, certificados e em perfeito estado de conservação, com selo de autenticidade e dentro do prazo de validade.
- 15.4** Manter, durante toda a vigência contratual, as licenças, registros e autorizações exigidas pela ANP e demais órgãos competentes para o exercício da atividade de distribuição e revenda de GLP.
- 15.5** Efetuar as entregas exclusivamente em veículos apropriados, identificados e em conformidade com as normas de segurança, conduzidos por motoristas capacitados e devidamente habilitados para transporte de produtos inflamáveis.
- 15.6** Comunicar imediatamente ao fiscal ou gestor do contrato qualquer ocorrência, acidente, vazamento ou anormalidade que possa comprometer a segurança, a qualidade ou a continuidade do fornecimento.
- 15.7** Reparar, substituir ou corrigir, às suas custas e no prazo máximo de 12 (doze) horas, quaisquer produtos que apresentem defeitos, vazamentos, avarias ou não conformidades verificadas pela fiscalização.
- 15.8** Garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto, atendendo às demandas da Contratante, inclusive em caráter emergencial, quando solicitado.
- 15.9** Responder integralmente por danos pessoais, materiais e ambientais causados à Administração ou a terceiros, ainda que decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou transportadores.
- 15.10** Cumprir todas as normas de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente relacionadas ao manuseio, armazenamento, transporte e entrega do GLP.

- 15.11** Adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar incêndios, vazamentos, explosões ou qualquer outro risco associado ao transporte e à manipulação do produto.
- 15.12** Informar à fiscalização o início e a conclusão de cada entrega, mantendo comunicação constante e transparente durante o fornecimento.
- 15.13** Substituir, sem ônus adicional para a Contratante, quaisquer produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas ou que não apresentem a qualidade exigida.
- 15.14** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista exigidas pela Lei nº 14.133/2021, sob pena de rescisão contratual.
- 15.15** Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória da origem do produto, laudos de conformidade e certificados de qualidade emitidos por órgãos competentes.
- 15.16** Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados e prepostos, sem qualquer vínculo com a Contratante.
- 15.17** Assumir integral responsabilidade por multas, prejuízos, sanções ou danos decorrentes do fornecimento em desconformidade com as normas técnicas, legais ou contratuais.
- 15.18** Adotar todas as providências necessárias para o pleno e seguro fornecimento, sem gerar ônus adicional à Contratante.

16. GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1** A gestão e a fiscalização da execução contratual são atividades essenciais que têm como objetivo assegurar o cumprimento dos termos estabelecidos no contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.
- 16.2** A fiscalização será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, sob responsabilidade de equipe designada pela Contratante. Essa equipe será composta por servidores com atribuições claramente definidas, responsáveis por acompanhar, verificar e registrar todas as etapas de fornecimento do gás.
- 16.3** O recebimento provisório do produto será efetuado pelos fiscais setorial e administrativo, ou pelo gestor do contrato, e o recebimento definitivo ficará a cargo do gestor, após verificação do cumprimento integral das condições contratuais.
- 16.4** A gestão contratual será conduzida por setor designado pelo dirigente máximo da unidade administrativa responsável pela contratação, cabendo-lhe coordenar todas as atividades relacionadas à execução do contrato, inclusive instrução processual e controle de documentos.

- 16.5** Procedimentos como repactuação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções ou extinção contratual serão formalizados pela unidade administrativa responsável pela contratação, conforme a legislação vigente.
- 16.6** Em caso de descumprimento das disposições da Lei nº 14.133/2021 ou de outras normas aplicáveis, serão aplicadas as sanções previstas na seção correspondente deste Termo de Referência.
- 16.7** O prazo de vigência do contrato será definido de acordo com o interesse da Administração Pública, podendo ser renovado por igual período, mediante acordo entre as partes e observância das disposições legais aplicáveis.

17.SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO

- 17.1** A fiscalização da execução do contrato será realizada pela COMSERCAF, por meio do Fiscal de Contrato designado pelo dirigente máximo da unidade administrativa responsável pela contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.
- 17.2** O Fiscal de Contrato será responsável por acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, verificando a qualidade do produto entregue, o atendimento às especificações técnicas, às normas de segurança e aos prazos estabelecidos.
- 17.3** Caberá ao Fiscal adotar as medidas necessárias para garantir a regularidade e o adequado desempenho da contratada, dentro dos limites de sua competência.
- 17.4** Eventuais ocorrências que ultrapassem a competência do Fiscal deverão ser comunicadas prontamente ao Gestor do Contrato, para análise e adoção das providências cabíveis.
- 17.5** A atuação da fiscalização tem por objetivo assegurar o fiel cumprimento do contrato, a qualidade do produto fornecido e o interesse público.
- 17.6** O Fiscal de Contrato deverá elaborar relatórios de acompanhamento e fiscalização, registrando de forma clara e objetiva todas as ocorrências, irregularidades ou não conformidades verificadas durante a execução do contrato. Tais relatórios serão encaminhados ao Gestor do Contrato para análise e eventuais medidas corretivas.
- 17.7** A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, bem como permitir acesso aos locais de armazenamento, transporte e entrega do gás, além de disponibilizar documentos e registros relacionados ao fornecimento, sempre que solicitado.
- 17.8** O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à qualidade do produto e ao cumprimento das obrigações contratuais, nem implicam em aprovação tácita das entregas realizadas.

18. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DE FORNECEDORES

18.1 A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

18.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na forma de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE

18.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

18.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

18.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

18.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação

18.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

18.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

18.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

18.11 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica,

caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

18.13 Da Habilitação Jurídica:

18.13.1 Cédula de Identidade do responsável Legal

18.13.2 Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

18.13.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

18.13.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>; ou

18.13.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

18.13.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

18.13.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.13.3 Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

18.13.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.14 Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

18.14.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.14.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

18.14.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.14.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.14.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.14.5.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

18.14.6 Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal, da sede do proponente;

18.14.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.14.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

18.15 Da Qualificação Econômico-Financeira:

18.15.1 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da

autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

18.16 Das Declarações:

18.16.1 Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.16.2 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

18.16.3 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

18.16.4 Sem prejuízo dos requisitos minuciosamente especificados nos itens anteriores, o fornecedor deverá atentar para as disposições contidas nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo vedado alegar desconhecimento dos critérios estabelecidos para o fiel cumprimento das obrigações previstas.

18.17 Da qualificação técnica;

18.17.1 Apresentar atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado, ou com o item pertinente, onde se atesta que a empresa executou, de forma satisfatória, fornecimento de natureza semelhante, com complexidade operacional ao objeto desta licitação, bem como condizente;

18.17.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

18.17.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução.

18.17.4 licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se a SECID de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

18.17.5 O(s) atestado(s) apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem o CONTRATANTE, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

19. PAGAMENTOS

- 19.1 O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF, observando o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da liquidação da despesa, conforme as quantidades efetivamente fornecidas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de contratação pública.
- 19.2 Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e por mais um servidor designado. As notas fiscais deverão ser apresentadas até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à entrega. Os valores pagos corresponderão exclusivamente às quantidades e condições especificadas nos Pedidos de Fornecimento emitidos pela Contratante.
- 19.3 Caso as notas fiscais apresentem incorreções, a contratada será notificada e deverá realizar as devidas correções. O prazo de pagamento passará a contar a partir da data de reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.
- 19.4 Eventuais pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos às compensações e acréscimos legais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 19.5 Na hipótese de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Contratante superior a 180 (cento e oitenta) dias, o valor devido será atualizado monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou outro índice que o substitua, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme a legislação vigente.
- 19.6 A contratada é responsável pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e comerciais, bem como por quaisquer outros encargos necessários à execução do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.7 Caso a contratada esteja enquadrada no regime simplificado de tributação, deverá informar essa condição para fins de retenção diferenciada dos tributos devidos, conforme previsto na legislação tributária vigente.

19.8 Esta cláusula foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas disposições referentes a prazos de pagamento, compensações financeiras, atualizações monetárias e responsabilidades da contratada.

20 SANÇÕES CONTRATUAIS

20.1 A contratada que, sem justa causa, não cumprir as exigências deste contrato ou os compromissos assumidos na proposta estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a critério da Administração. As penalidades serão aplicadas considerando a natureza e gravidade da falta, bem como as circunstâncias e o interesse da Administração.

20.2 Em caso de descumprimento total ou parcial do contrato, atraso na entrega do gás, fornecimento em quantidade ou qualidade inferior à contratada ou descumprimento de condições de segurança e especificações técnicas, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- **Advertência:** para infrações de menor gravidade, com o objetivo de alertar a contratada sobre a irregularidade cometida;
- **Multa:** em caso de descumprimento parcial do contrato, podendo ser aplicada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os limites do contrato, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- **Suspensão temporária:** para infrações graves, a contratada poderá ser suspensa temporariamente de participar de licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade:** nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada poderá ser declarada inidônea, ficando impedida de participar de licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.3 A aplicação das sanções não exclui a possibilidade de ressarcimento dos danos causados à Administração, quando cabível, nem a adoção de outras medidas previstas na legislação pertinente, inclusive em relação à segurança no transporte, armazenamento e fornecimento do gás.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio da COMSERCAF, mediante termo aditivo devidamente justificado e formalizado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 21.2 O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela contratante, pela contratada e pelas testemunhas indicadas, e terá vigência pelo prazo estipulado neste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, respeitando os requisitos legais aplicáveis, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.3 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas demais leis complementares aplicáveis.
- 21.4 O contrato está vinculado ao edital e seus anexos, os quais servirão como referência para a solução de eventuais divergências ou interpretações sobre as cláusulas contratuais. Em caso de inconsistência ou contradição entre as disposições deste contrato e os documentos mencionados, prevalecerão as disposições do presente contrato, exceto se expressamente indicado o contrário, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.5 Qualquer comunicação entre as partes referente a este contrato deverá ser realizada por escrito e entregue pessoalmente, via postal registrada, por meio eletrônico com protocolo de recebimento ou por qualquer outro meio que assegure a comprovação do recebimento, conforme previsto na legislação aplicável, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.6 A tolerância de uma das partes com relação ao descumprimento de qualquer disposição deste contrato não implicará renúncia a qualquer direito, nem alterará as demais cláusulas e condições aqui estabelecidas, que permanecerão plenamente válidas e exigíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais.
- 21.7 O presente contrato será regido pelas leis brasileiras, ficando eleito o foro da cidade de Cabo Frio/RJ para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.8 Fica eleito o idioma português como o idioma oficial para a interpretação deste contrato, prevalecendo seu texto em caso de divergências entre traduções para outros idiomas, salvo se acordado de forma diferente pelas partes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

22 ANEXOS

ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO II – MINUTA DE CONTATO;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI 14.133/21;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VIII - ORDEM DE FORNECIMENTO

Cabo Frio, 19 de novembro de 2025

Responsável do Termo de Referência

ANEXO I
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM 1					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
01	Gás de cozinha – botijão 13Kg	Uni	140	R\$ 116,98	R\$ 16.376,50



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº: XX/XX

PROCESSO Nº: XX/XX

DISPENSA ELETRÔNICA Nº: XX/XX

Contrato Administrativo nº XXXX, celebrado entre a
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO
– **COMSERCAF** e a empresa
XXXXXXXXXXXXXX

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF**, autarquia municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 17.572.121/0001-00, com sede na Estrada Nelore, nº 200, Bairro Monte Alegre, Cabo Frio/RJ, CEP 28921-111, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Jehann Luis Castro da Costa, portador da carteira de identidade nº 215685702, expedido pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF nº 126.335.087-90, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, situada a **Rua XXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº **XXXXXXX**, expedida pelo **XXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXX**, neste ato denominada **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato com fundamento no Processo Administrativo nº **XXXXXX**, que será regido pelas normas gerais do Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos das seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** da Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01		UND		R\$	R\$
02		MÊS		R\$	R\$
TOTAL					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As requisições feitas pela COMSERCAF deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

2.2. O fornecimento dos itens adjudicados será realizado de acordo com a necessidade da autarquia, observando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Em caso de divergência, prevalecerão as especificações e condições deste documento.

- 2.3. Em cada entrega, os produtos serão conferidos, verificando especialmente as garantias registradas pelo fabricante em cada item, bem como a sua inviolabilidade.
- 2.4. A critério da autarquia, os produtos recebidos poderão ser submetidos a análises de controle de qualidade, emitindo-se um laudo que atestará as condições do produto.
- 2.5. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.
- 2.6. Caso sejam constatadas irregularidades no objeto, a COMSERCAF poderá rejeitá-lo total ou parcialmente, sem prejuízo das penalidades cabíveis, exigindo a substituição ou complementação do mesmo, caso haja diferenças de quantidades ou partes.
- 2.7. As irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação por escrito pela adjudicatária, mantendo-se o preço originalmente ofertado.
- 2.8. Os produtos que possuem garantia definida pelo fabricante devem ser entregues com um período mínimo de garantia de 12 (doze) meses, conforme indicado pelo fabricante.
- 2.9. Será emitido um Atestado de Recebimento ou será realizado o ateste na própria Nota Fiscal ou documento correspondente, somente se todas as determinações deste Termo de Referência forem atendidas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXX)**, conforme custos resultantes da Pesquisa de Preços acostadas ao referido processo.

3.2. Forma de Pagamento:

3.2.1. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

3.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.3. Prazo de Pagamento:

3.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento correspondente.

3.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento correspondente quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

3.3.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

3.4. Condições de Pagamento:

3.4.1. O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente prestados, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento correspondente emitidas.

3.4.2. A emissão da Nota Fiscal ou documento correspondente será mensal e estará condicionada à apresentação do relatório de atividades e aceite formal da fiscalização, conforme cronograma de execução ou fornecimento estabelecido no Termo de Referência.

3.4.3. As Nota Fiscal ou documento correspondente devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF inscrita no CNPJ nº 17.572.121/0001-00.**

3.4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou documento correspondente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento correspondente, que em circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.4.6. A Nota Fiscal ou documento correspondente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a COMSERCAF deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital/Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.4.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.4.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.4.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

3.4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

3.5. Critérios de Reajuste:

3.5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses.

3.5.2. Após o decurso desse prazo, admite-se o reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei 14.133/21.

3.5.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E, ou outro que venha a substituí-lo nos termos no art. 174 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, consignadas no orçamento vigente da CONTRATANTE para o exercício financeiro correspondente.

4.2. Para o exercício de 2025, as despesas estão previstas na seguinte classificação:

NATUREZA	XXXXXX
CODIGO	XXXXXXXXXX
FONTE	XXXX
FICHA	XXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses** contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogável na forma dos artigos 105 ao 114 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.
- 5.2. O prazo de início da prestação do referido serviço inicia-se a partir da comunicação, através da Ordem de fornecimento, após a assinatura do Contrato.
- 5.3. A resolução antecipada de que trata esta cláusula não ensejará direito a qualquer indenização.
- 5.4. A condição resolutiva acima se opera de pleno direito, independente de novas notificações.
- 5.5. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, aplicados no que couber à presente contratação.
- 5.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Cumprir integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes da adequada execução do objeto contratado.
- 6.2. Fornecer o gás liquefeito de petróleo (GLP) dentro dos prazos e condições estabelecidas, garantindo a qualidade, a quantidade e a conformidade do produto com as normas da ANP, ABNT, INMETRO e demais legislações aplicáveis.
- 6.3. Entregar o produto em botijões lacrados, certificados e em perfeito estado de conservação, com selo de autenticidade e dentro do prazo de validade.
- 6.4. Manter, durante toda a vigência contratual, as licenças, registros e autorizações exigidas pela ANP e demais órgãos competentes para o exercício da atividade de distribuição e revenda de GLP.
- 6.5. Efetuar as entregas exclusivamente em veículos apropriados, identificados e em conformidade com as normas de segurança, conduzidos por motoristas capacitados e devidamente habilitados para transporte de produtos inflamáveis.
- 6.6. Comunicar imediatamente ao fiscal ou gestor do contrato qualquer ocorrência, acidente, vazamento ou anormalidade que possa comprometer a segurança, a qualidade ou a continuidade do fornecimento.
- 6.7. Reparar, substituir ou corrigir, às suas custas e no prazo máximo de 12 (doze) horas, quaisquer produtos que apresentem defeitos, vazamentos, avarias ou não conformidades verificadas pela fiscalização.

- 6.8. Garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto, atendendo às demandas da Contratante, inclusive em caráter emergencial, quando solicitado.
- 6.9. Responder integralmente por danos pessoais, materiais e ambientais causados à Administração ou a terceiros, ainda que decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou transportadores.
- 6.10. Cumprir todas as normas de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente relacionadas ao manuseio, armazenamento, transporte e entrega do GLP.
- 6.11. Adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar incêndios, vazamentos, explosões ou qualquer outro risco associado ao transporte e à manipulação do produto.
- 6.12. Informar à fiscalização o início e a conclusão de cada entrega, mantendo comunicação constante e transparente durante o fornecimento.
- 6.13. Substituir, sem ônus adicional para a Contratante, quaisquer produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas ou que não apresentem a qualidade exigida.
- 6.14. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista exigidas pela Lei nº 14.133/2021, sob pena de rescisão contratual.
- 6.15. Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória da origem do produto, laudos de conformidade e certificados de qualidade emitidos por órgãos competentes.
- 6.16. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados e prepostos, sem qualquer vínculo com a Contratante.
- 6.17. Assumir integral responsabilidade por multas, prejuízos, sanções ou danos decorrentes do fornecimento em desconformidade com as normas técnicas, legais ou contratuais.
- 6.18. Adotar todas as providências necessárias para o pleno e seguro fornecimento, sem gerar ônus adicional à Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- 7.2. Receber o fornecimento do produto contratado dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas normas complementares.
- 7.3. Exercer o acompanhamento e fiscalização da entrega e do cumprimento contratual, por meio de servidor designado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.
- 7.4. Reservar-se o direito de recusar qualquer fornecimento que não atenda às especificações técnicas, às normas de segurança ou aos padrões de qualidade exigidos.

- 7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 7.6. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução do serviço, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, à exigência de condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 7.8. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 7.9. Aplicar a CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 7.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.
- 7.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.11.1. Concluída a instrução do requerimento, a COMSERCAF terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.12. A COMSERCAF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas todas as sanções cabíveis, conforme previsto a partir do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais penalidades estabelecidas na legislação vigente. A contratada que, sem justa causa, deixar de cumprir as exigências deste contrato ou os compromissos assumidos em sua proposta estará sujeita às penalidades previstas na referida Lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a critério da Administração. As sanções serão aplicadas considerando a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias do caso e o interesse da Administração.
- 8.2. Em caso de descumprimento total ou parcial do contrato, atraso na entrega do gás, fornecimento em quantidade ou qualidade inferior à contratada ou descumprimento de condições de segurança e especificações técnicas, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- 8.2.1. Advertência, para a inexecução parcial, sem gravidade, do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, I e §2º, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.2.2. Multa: em caso de descumprimento parcial do contrato, podendo ser aplicada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os limites do contrato, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato; (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133/2021).
- 8.2.3. Suspensão temporária: para infrações graves, a contratada poderá ser suspensa temporariamente de participar de licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 8.2.4. Impedimento de participação de licitações no âmbito da COMSERCAF por até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, III e §4º, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar com todos os entes federativos por 3 a 6 anos, quando praticadas as condutas deste Contrato ou instrumento de igual teor, (art. 156, IV e §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.3.**A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);
- 8.4.**Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 158, lei nº 14133/21).
- 8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 119 e art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).
- 8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5.**A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 8.6.**Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, lei nº 14.133/21).
- 8.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, lei nº 14133/21).
- 8.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, lei nº 14133/21).
- 8.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 8.11.** A inexecução do objeto do TR, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei 14.133/21, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.
- 8.12.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.13.** A rescisão administrativa ou amigável será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 8.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1.** Em caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, o presente termo será rescindido, sem prejuízo às penalidades constantes na CLÁUSULA NOVA, conforme leciona o artigo 137 da Lei 14.133/21.
- 9.2.** A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da COMSERCAF, nos casos enumerados nos incisos I do artigo 138 da Lei 14.133/21;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da COMSERCAF;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. O CONTRATADO assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato, não havendo qualquer hipótese de atenuação de suas responsabilidades, mesmo face a fiscalização da CONTRATANTE.

10.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas;

11.2. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal 14.133/21 e demais leis complementares que versem sobre o assunto;

11.3. O presente Contrato se fundamenta na Lei 14.133/21, integrando o Processo Administrativo referido, e tem como seus anexos documentos daquele processo, que as partes declaram ter pleno conhecimento e aceitam como suficiente para, em conjunto com este contrato, definir o objeto contratual e permitir o seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação decorrente do termo de referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela COMSERCAF, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.

12.2. A indicação do(s) membro(s) responsável(is) pela fiscalização, será realizada pelo Ordenador de Despesas, em instrumento próprio de designação, no momento oportuno.

12.3. São atividades inerentes à fiscalização do contrato:

12.3.1. Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes.

- 12.3.2. Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes.
- 12.3.3. Manter livro ou registro onde anotar todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades.
- 12.3.4. Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual.
- 12.3.5. Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA).
- 12.3.6. Atestar as Notas Fiscais ou documento correspondente emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência.
- 12.3.7. Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação.
- 12.3.8. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- 12.3.9. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

- 13.1. O CONTRATANTE providenciará sua publicação resumida no Diário Oficial do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato.

CLASULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cabo Frio-RJ para resolver quaisquer pendências que se façam necessárias solucionar por meio de processo judicial. E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Cabo Frio/RJ, XXXXXXXX de 2025.

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF

Contratante

XXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI 14.133/21

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante,

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

DECLARA, também, que não participam dos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses;

DECLARA, de igual turno, que não dispõe em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada.

DECLARA, ainda, que não participam dos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxx de 2025.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO
FUNCIONAL

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme determina o artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxxxx de 2025.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxx de 2025.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO -COMSERCAF

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob pena de desclassificação, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxx de 2025.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO -.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cabo Frio, xx de xxxxx de 2025.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO

ANEXO VII

ORDEM DE FORNECIMENTO			
NÚMERO	PROCESSO N.º	XXXXX ELETRÔNICO	Nº EMPENHO
CONTRATADO, ENDEREÇO. XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ: XXXXXXXX END: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
OBJETO Aquisição de materiais de XXXXXXXX			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	XXXX	X	XXXX	XXXXXX	XXXXXX
Total					R\$ XXXXX
VALOR TOTAL R\$ XXXXXXXX					
REGIME DE EXECUÇÃO Licitação com critério de julgamento baseando-se no menor preço.					
PRAZO DE CONTRATAÇÃO A partir da emissão da Ordem de Fornecimento.					
FORMA DE PAGAMENTO Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança junto à CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.					
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Elemento de Despesa nº. XXXX – Projeto/ Atividade – XXXX –					
LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Aplica-se a esta Ordem de Fornecimento, como também aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei 14.133/21, bem como as demais legislações pertinentes.					
MULTAS Conforme Arts. 155 e 156 da Lei 14.133/21 e estabelecido no Instrumento Convocatório.					
OBRIGAÇÕES É de inteira obrigação da Contratada, manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas. Arcar com todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com os serviços ora contratados, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos; Responder por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos,					

de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou serviços;

Responder exclusiva e integralmente, perante a CONTRATANTE, pelo fornecimento dos objetos contratados;

Acatar as determinações da CONTRATANTE no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, o fornecimento dos objetos com vícios, defeitos ou incorreções;

DA INEXECUÇÃO

Conforme a Lei 14.133/21

ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Conforme a Lei 14.133/21.

Fica eleito o foro da cidade de cabo frio para dúvidas que não puderem ser solucionadas através de mútuo entendimento.

Cabo Frio, XXXXXXXX de 2025.

ACEITAÇÃO DA EMPRESA

JEHANN LUIS CASTRO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMSERCAF CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO